

**Confissões Cristãs tomam posição face ao uso da Bíblia em relação a situações de subalternização da Mulher**

*Usar a Bíblia de um modo impreciso e exegeticamente iletrado para justificar um ataque violento contra a vida e a dignidade de uma pessoa é inaceitável. Ainda que possa ser tomada como mera herança cultural, a Bíblia não pode ser manipulada para fins tão contrários a algo que é central na sua mensagem: a misericórdia.*

Pe. José Maria Brito

(Sacerdote Católico, Diretor de Comunicação dos Jesuítas em Portugal)

*A passagem contida no Evangelho de S. João, cap. 8:3-12, é clara no sentido de elucidar-nos da atitude de Jesus Cristo para com uma mulher que, segundo a lei mosaica, deveria ser lapidada. A mesma passagem demonstra que o fundador do Cristianismo é acima de tudo amor e perdão.*

*Não se pode retirar versículos fora de contexto, nem usar a Bíblia a nosso belo prazer, para aquilo que nos interessa. É lamentável que um juiz, homem de leis e cultura, assim o faça com a agravante de esta situação se passar num Estado laico.*

Ptor. Paulo Branco

(Pastor, antigo director do Monte Esperança – Inst. Bíblico da Convenção das Assembleias de Deus em Portugal)

## Porque a academia deve ser activa na cidadania

Há momentos em que, de forma inesperada, se criam situações que nos obrigam a definições de civilização. É possível deixarmo-nos andar pelos momentos mais normais da nossa vida em sociedade, deixando que se criem equívocos, exactamente porque nada acontece que obrigue as instituições e os seus representantes a uma tomada pública de posição.

Mais que nos empurrar para essa indefinição, esta tão comum “normalidade” é o terreno fértil para que se criem mal-entendidos e para que o comum do cidadão, não encontrando esclarecimento, se deixe enredar em visões que catalogam, por exemplo, o universo religioso como retrógrado, conservador, antissocial, contra a Dignidade e os Direitos Humanos.

O recente facto, o já famoso acórdão que usa o texto bíblico como justificação para que seja atenuado o olhar e mesmo o grau de culpa num quadro de violência doméstica, merece um esclarecimento no sentido de colocar, sem indefinições, as confissões cristãs na sua relação com a contemporaneidade.

Empenhada no diálogo com as Religiões, a área de Ciência das Religiões não podia deixar de apelar às confissões cristãs, as que se podem sentir visadas por esta atitude um juiz que usa a religião como ferramenta de intolerância, para nos transmitirem a sua posição, a sua visão, uma breve reflexão que mostre ao cidadão preocupado com o mundo o seu lugar nas dinâmicas da actualidade, especialmente no que respeita ao que assistimos nestes dias em torno deste caso tão mediatizado.

Assim, reunimos um grupo de declarações e de reflexões que, a nosso pedido, algumas figuras religiosas nos fizeram chegar, mostrando como encaram este episódio, dialogando, desta forma, com a sociedade civil.

Naturalmente, e perante tomadas de posição que demonstram o elevado empenho e comprometimento para com a sociedade nacional, agradecemos a todos os que nos fizeram chegar estes breves mas significativos trechos.

Lisboa, 28 de Outubro de 2017.

Paulo Mendes Pinto

(coord. da área de Ciência das Religiões da Un. Lusófona)

---

---

## **PARECER EVANGÉLICO SOBRE O USO DA BÍBLIA PARA JUSTIFICAR OU ATENUAR A CULPA EM ATOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Em Levítico 20:10, lemos o seguinte:

«Também o homem que adulterar com a mulher de outro, havendo adulterado com a mulher do seu próximo, certamente morrerá o adúltero e a adúltera».

A jurisprudência da sociedade judaica teocrática, governada pelas leis do Pentateuco, envolve a pena de morte em certos casos graves que incluem, por exemplo, o homicídio e o adultério.

Mas o que se deve acrescentar imediatamente, mostrando a não aplicabilidade deste texto e outros ao referido Acórdão recente, é:

- (i) O texto de Levítico estipula a pena que a autoridade estabelecida deve aplicar, e não permite qualquer represália violenta particular. Na situação referida o que estava em causa eram represálias violentas particulares.
- (ii) O texto considera adúlteros o homem e a mulher envolvidos no ato, não permitindo qualquer leitura sexista que, como no referido caso, frise de maneira especial o pecado «da mulher». Sempre que a lei de Moisés legisla sobre o pecado do adultério, trata ambos os envolvidos -homem e mulher - com a mesma medida. João 8:1-11\* descreve uma atitude discriminatória (sexista) tomada por escribas e fariseus no tempo de Jesus – atitude à qual Jesus se opõe veementemente, desafiando aquele que estivesse sem pecado a atirar a primeira pedra.
- (iii) O texto bíblico do VT reprovava a violência doméstica, considerando-a um atentado contra a dignidade humana (alguns exemplos são referidos em Êxodo 21:17-27). Como é que a lei de Moisés que reprovava um comportamento pode ser invocada para justificar esse mesmo comportamento? Como é que Jesus, que ensina que o ofensor deve ser perdoado «setenta vezes sete» (Mateus 18:22) poderia ser cúmplice de um amante que sequestrasse uma mulher ou um marido que agredisse a sua mulher, mesmo estando ela a cometer um pecado grave?
- (iv) A sociedade teocrática do Velho Testamento corresponde a uma etapa ou dispensação na revelação bíblica. Na nova dispensação, a da igreja de Cristo, há separação de poderes. A igreja não exerce a autoridade que compete ao Estado, nem vice-versa (Romanos 13:1-7). A pena máxima que a igreja pode impor ou justificar, no exercício da sua jurisdição própria, é a disciplina eclesiástica (por vezes chamada «exclusão» ou «excomunhão») que tem por objetivo a restauração do ofensor (1 Coríntios 5:1-5). Se por outro lado, durante um período longo da história, a sociedade civil entendeu que certas situações mereciam medidas mais severas, inclusive a pena de morte, nunca os cristãos, à

luz da Bíblia, podiam justificar que essas medidas fossem aplicadas sem ser pela autoridade civil oficialmente constituída (a qual deviam respeitar, ainda que não necessariamente concordando com ela).

\*Texto profundamente representativo da mentalidade de Jesus, mesmo no caso (como pensam muitos eruditos) de não fazer parte do texto canônico do NT.

Ptor. Alan Pallister

(Professor do Seminário Teológico Batista)

NOTA: Parecer realizado a pedido da direcção da Aliança Evangélica Portuguesa, em resposta ao desafio da área de Ciência das Religiões para participação nesta tomada de posição.

---

---

Acórdão a justificar a violência de um marido sobre uma mulher através do texto bíblico, “adultério”? Como é possível?

Há leis contra as mulheres que se mantêm em várias sociedades, religiosas ou civis, são sempre atos de violência e não de justiça.

Mas ocorre também que Deus tem compaixão, consideração, é Gentil.

Jesus ele próprio disse: “Quem de vós estiver sem pecado, seja o primeiro a atirar uma pedra!”.

E se a justiça laica pretende usar as leis religiosas então pode ter sérias dificuldades no enquadramento com a sociedade atual. Acreditamos que no caso da sociedade portuguesa não se justifica a inclusão da Bíblia, Torá, Corão ou outros livros e regras sagradas que se aplicam apenas no conceito do estritamente religioso no domínio privado.

Na sociedade ocidental não encontramos a possibilidade de inclusão de “tribunais religiosos” sejam eles de origem Cristã, Judaica ou Islâmica, “O Santo Ofício” foi extinto, não temos tribunais rabínicos e a lei Sharia não se aplica, Graças a Deus somos um país laico.

Rev. Alexandre Bonito

(Primaz da Missão Ortodoxa em Portugal)

---

---

Face à discussão pública em relação ao uso de textos bíblicos numa decisão de justiça sobre violência doméstica, a União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia, denominação cristã, lamenta a utilização de citações bíblicas como referência ao adultério em atenuante a atos de violência contra a mulher. Relembra, ainda, que o exemplo pessoal de Jesus, registado nos Evangelhos, quando confrontado com a situação de delapidação de uma mulher adúltera, foi a de interromper e impedir atos de violência, quer física quer psicológica e moral, através de palavras de paz, perdão e restauração. Nessa ação, Jesus reprovou o uso da violência física contra a mulher pelos seus acusadores e convidou-a a abandonar o seu comportamento, respeitando a sua liberdade e dignidade.

Neste como em qualquer outro caso, a Bíblia não pode, nem deve ser utilizada para justificar a violência.

Esta é, contudo, uma oportunidade de reflexão sobre o modo como a sociedade vê e discute a Bíblia, que, de uma perspectiva cristã, é um livro inspirado, com o apelo de um Deus de amor ao ser humano, criado à Sua imagem. Esta mesma Palavra de Deus não merece nem o seu uso indevido, nem a crítica genérica ao seu conteúdo com base nesse mau uso.

É transcrita abaixo a Declaração da Conferência Geral dos Adventista do Sétimo Dia sobre “Maus-Tratos e Violência na Família”, datada de 1995, e que expressa a posição oficial da Igreja sobre o tema.

Ptor. António Amorim

(Presidente da Igreja Adventista do Sétimo Dia em Portugal)

### Maus-Tratos e Violência na Família

*Os Adventistas do Sétimo Dia reafirmam a dignidade e o valor de cada ser humano e condenam todas as formas de mau tratamento e violência física, sexual e emocional no seio da família. Reconhecemos a extensão global deste problema e os seus efeitos graves e perduráveis na vida de todos os envolvidos nele. Acreditamos que os cristãos precisam de responder aos maus-tratos e violência familiar, quer no âmbito da igreja quer na comunidade. Preocupamo-nos seriamente com os relatórios de mau tratamento e violência, e temos dado atenção à discussão destes assuntos nesta assembleia internacional.*

*Entendemos que uma atitude de indiferença e passividade corresponde a aceitar, perpetuar e, potencialmente, contribuir para a disseminação deste tipo de comportamentos. Aceitamos a nossa responsabilidade de cooperar com outros serviços profissionais, de escutar e cuidar daqueles que sofrem maus-tratos e violência familiar, de denunciar as injustiças e falar em defesa das vítimas. Ajudaremos as pessoas que necessitem de encontrar e conseguir o acesso aos vários serviços profissionais*

*disponíveis. Quando mudanças de atitude e de comportamento abrirem possibilidades para o perdão e o recomeço de vida, exerceremos um ministério de reconciliação. Auxiliaremos as famílias que sofrem devido a relações que não podem ser recuperadas. Consideraremos os problemas espirituais com que se confrontam as pessoas atingidas, procurando compreender as origens do mau tratamento e violência familiar, e desenvolvendo melhores métodos para prevenir a repetição deste tipo de ocorrências.*

Conselho Administrativo da Conferência Geral dos Adventistas do Sétimo Dia, reunido em Utrech, Suíça, Junho / Julho de 1995.

---

---

O Élder James E. Talmage, do Quórum dos Doze Apóstolos, declarou:

“Jesus Cristo foi o maior defensor do sexo feminino no mundo”

(Jesus o Cristo, 3ª edição [1916], p. 458)

Eu acredito nesta declaração. A primeira vez que o Senhor declarou ser o Cristo foi a uma mulher samaritana no poço de Jacó. Ele ensinou-a sobre a água viva e proclamou com um sentimento sagrado: “Eu o sou”. (João 4:26).

E foi a Marta que Ele proclamou: “Eu sou a ressurreição e a vida (...). E todo aquele que vive, e crê em mim, ainda que esteja morto, viverá” (João 11:25–26).

No momento da Sua maior agonia na cruz, o Salvador demonstrou preocupação por uma pessoa, Sua mãe, quando naquele momento terrível, porém glorioso, Ele pediu a João, o Amado, que cuidasse dela como se fosse sua própria mãe (Ver João 19:26–27).

Dentro do contexto escriturístico acima referido e no que toca aos fundamentos invocados no acórdão judicial aqui em análise, não é de todo aceitável, que no caso concreto, se defenda a culpa da mulher, tendo por base textos sagrados.

Joaquim Moreira

(Membro do Terceiro Quórum dos Setenta, A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias)

---



---

Vivemos numa época de grandes avanços tecnológicos, sociais e filosóficos, no entanto, em pleno Séc. XXI, em muitas partes do mundo, inclusive nos países de primeiro mundo, as mulheres ainda vivem sob o terror da violência, da falta de educação, da privação da liberdade, da falta dos direitos básicos do ser humano.

Usar a Bíblia, como se viu recentemente, para justificar a violência contra a mulher é desconhecer o texto sagrado. As palavras da Bíblia devem ser interpretadas a partir de Jesus, o qual nunca permitiu que qualquer mulher sofresse em sua presença qualquer forma de violência ou discriminação. É lamentável que contrariando o princípio hermenêutico da Bíblia alguns façam uso errado do texto sagrado ou mesmo da religião para normalizar o abuso contra as mulheres.

Entretanto há uma boa notícia para as mulheres em todo o mundo. É a notícia de que Deus é justo no seu relacionamento com as mulheres. As sociedades antigas, mesmo as mais evoluídas, como a Grécia, nunca deram à mulher a dignidade que a ela pertence e que encontramos na Bíblia. O texto de ouro da justiça de Deus em favor das mulheres está em Gênesis: “Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (Gn 1.27). O homem e a mulher são obras diretas das mãos de Deus, ambos criados à imagem de Deus. A mulher, em todos os sentidos, foi criada com os mesmos direitos, privilégios e responsabilidades que o homem.

O verso 28 que diz: “E Deus os abençoou...”. Isto significa que Deus abençoou ambos, homem e mulher, de forma exatamente igual. A miséria em muitas sociedades está relacionada a este ponto, pois não reconhecem o valor e a dignidade da mulher.

Atualmente, mais do que nunca, a imagem da mulher é explorada pelas empresas de marketing, e quase sempre de forma sensual. A exposição do corpo da mulher está associada a muitos produtos – de pneus de carro a alimentos. Esse exagero na exploração da sensualidade feminina criou um padrão de beleza que tem afetado negativamente a mente de muitas adolescentes e jovens. Nunca houve tantas adolescentes anoréxicas como nos dias de hoje.

Outra grande injustiça que vem acontecendo contra as mulheres é a exploração sexual, o que desencadeia em todo o mundo um número assustador de tráfico de mulheres para exploração sexual. Os países como China, Índia, Coreia entre outros, que durante muito tempo mantiveram a preferência por crianças do sexo masculino, levando ao infanticídio milhões de bebês do sexo feminino, hoje enfrenta o drama de centenas de milhares de homens que nunca poderão se casar pela falta de mulheres nestas regiões do mundo. Este drama tomou uma nova direção que é o tráfico de milhares e milhares de meninas do Nepal para Índia, de Bangladesh para o Paquistão, etc. E para surpresa de muitos, um dos aeroportos do mundo por onde passa o maior número de mulheres traficadas é justamente o aeroporto de Atlanta, nos Estados Unidos. Na verdade, em Atlanta uma mulher pode ser comprada de traficantes por aproximadamente mil dólares, e a mesma renderá muitos milhares de dólares nas casas de prostituição espalhadas pelo mundo.

Estima-se que 800 mil mulheres e crianças sejam vítimas da rede de tráfico internacional todos os anos; desse número, aproximadamente 120 mil são introduzidas na Europa

ocidental anualmente. Muitas dessas mulheres saíram de seus países com falsas promessas de emprego e, ao chegarem aos países de destino, onde supostamente iriam trabalhar, seus documentos são tirados e, então, são obrigadas a se prostituírem. O problema do tráfico de mulheres e de crianças não é um problema originado apenas pela pobreza, mas principalmente pela perversão humana. Os países ricos, sobretudo os da Europa Ocidental e Estados Unidos, também são culpados por este problema, pois são eles os que dão os maiores lucros para a exploração sexual da qual essas mulheres e crianças são vítimas.

Caracterizar o problema como um assunto meramente oriundo da pobreza é, sem dúvida, recusar-se a reconhecer que os países ricos sofrem de uma grave doença ética e moral, sendo os principais patrocinadores dessa injustiça contra mulheres e crianças.

Sempre que assisto ao noticiário com reportagens sobre a questão da prostituição ou da exploração sexual na Europa, pergunto-me por que estes mesmos meios de comunicações e até os relatórios sobre o assunto não incluem os consumidores desses serviços sexuais. Seria justo dizer quem são eles; se são jovens, velhos, solteiros ou casados; se têm filhos; se são pobres ou ricos; funcionários públicos ou privados, etc. Seria muito interessante conhecer o perfil dos consumidores dos serviços sexuais. Mas por que não há esse tipo de relatório, ou por que não são comuns? É a recusa da sociedade em admitir que quem usa esses serviços é tão culpado pelo problema como todos os demais. É preciso vencer o preconceito e levantar nossa voz em defesas dessas mulheres.

A Bíblia nos dá um exemplo importante no tratamento que devemos dar as vítimas desses abusos. Certa vez, Jesus estava ensinando algumas pessoas quando lhe trouxeram uma mulher que havia sido flagrada em adultério. Seus acusadores queriam que a mulher fosse apedrejada, mas Jesus se recusou a emitir qualquer palavra de condenação contra ela. O que Jesus fez foi levá-los a olhar para si próprios e ver que em nada eram melhores que aquela mulher. Jesus lhes disse: “Se algum de vocês estiver sem pecado, seja o primeiro a atirar pedra nela” (Jo 8.7). Não houve ali um só homem inocente, e todos, um a um, se foram, deixando aquela mulher sozinha com Jesus, que lhe disse: “Eu também não a condeno. Agora vá e abandone sua vida de pecado” (Jo 8.11). O exemplo de Jesus deveria servir de modelo para a sociedade: ele não concentrou seu olhar na mulher acusada, mas fez que a sociedade presente naquele episódio olhasse para si própria e reconhecesse também sua culpa.

É preciso não só denunciar, mas também acolher. É importante observar que muitas dessas pessoas são vítimas inocentes da exploração a qual foram expostas. Repudiá-las, repatriá-las e expor suas vidas como se fossem criminosas é uma terrível injustiça. A sociedade, os governos e, sobretudo, a igreja devem acolher essas vítimas e ajudá-las a se recuperarem e a reconquistarem sua dignidade.

Ptor. Luis Alexandre Ribeiro Branco

(Pastor da Igreja Evangélica Baptista de Cascais, Investigador do *Instituto de Cristianismo Contemporâneo* da área de Ciências das Religiões da Universidade Lusófona)

---

---

Considero e, acredito, que para todo o Cristão devidamente esclarecido, é uma Aberração que seja invocada um texto Bíblico, em situações de tamanha responsabilidade e consequências, absolutamente fora do seu contexto temporal! Já que o Texto citado, pertence ao Velho Testamento. (Levítico 20:10; Deuterónimo 22:22), mas ignora que os tempos da Graça trouxeram mudanças na forma de pensar, agir e julgar, não foi só agora! Já no tempo de Jesus Cristo, Autoridade Superior em matéria de interpretação Bíblica, também vieram ter com Ele os (outros) Fariseus trazendo uma mulher adúltera e, invocando os mesmos textos: *“Na Lei nos mandou Moisés, que as tais sejam apedrejadas. Tu pois que dizes? A resposta de Jesus foi clara e sem quaisquer margens para dúvidas: “Aquele que de entre vós está sem pecado seja o primeiro a atirar a pedra! Um a um retiraram-se todos. Então Jesus disse à mulher...nem eu te condeno, vai e não peques mais”* João 8:5-11 Sem deixar de lamentar tais factos de desajustes morais e outros, na nossa sociedade, com razões nem sempre conhecidas, importa lembrar que o texto citado naquele Juízo está incompleto, pois se aplica igualmente ao homem nos mesmos casos. No entanto a Absolição de Jesus em relação Aquela Mulher é acompanhada de uma recomendação reconstrutora *“Vai e não peques mais”*.

Ptor. Dionildo Vidal

(Pastor Evangélico, Professor no Monte Esperança – Inst. Bíblico da Convenção das Assembleias de Deus em Portugal)

---

---

Desde o Código de Hammurabi a humanidade conhece a *Lei do talião*, que permitia a retribuição da ofensa na conhecida máxima: *olho por olho, dente por dente*. O problema parece existir quando a identidade da ofensa é uma (o olho) e a retribuição é outra (o dente). Exemplo, o homem decide retribuir com violência o adultério de sua mulher. Se o adultério é considerado uma ofensa, a prática da violência física não deve ser aplicada. A *Lei do talião*, texto mais antigo que a Lei de Moisés, admitia a retribuição, porém procurava evitar que pessoas aplicassem a justiça com as suas próprias mãos. Se considerarmos que a justiça consiste no equilíbrio entre a ofensa e a retribuição, as duas práticas devem ser analisadas separadamente e a ofensa deve ser retribuída equitativamente, respeitadas as normas do ordenamento jurídico. Parece não haver justiça quando o agressor é inocentado da violência aplicada à sua mulher, considerada adúltera, e a vítima da agressão física é considerada merecedora da retaliação feita à revelia da própria justiça. A retribuição prevista no código mosaico para as várias práticas consideradas *ofensas*, pertence ao contexto do Antigo Testamento e não deve ser aplicada sem a perspectiva do Novo Testamento, onde predomina o equilíbrio respeitoso entre o agressor e a vítima, entre a causa da ofensa e a prática da retribuição, sem o uso da violência.

Ptor. Paulo Mendes

(Pastor Batista, ex-diretor do Centro de Missões em Portugal e diretor do Centro Evangélico de Misiones em Espanha)

---

---

Independentemente de qualquer circunstância específica, concordamos plenamente que nada no ensino bíblico justifica a violência em geral e a violência de gênero em particular. Com base na qualidade principal de Deus que é o amor, a Bíblia ensina os que a procuram como guia para a sua vida, a tratar os outros com respeito e dignidade.

As Testemunhas de Jeová têm um grande respeito pela vida familiar e seguem as orientações bíblicas que indicam que o marido deve amar a esposa, que a esposa deve respeitar o marido e que os filhos devem obedecer aos pais. (Efésios 5:21-6:3) As Testemunhas de Jeová promovem um ponto de vista positivo sobre as mulheres, dignificando o papel delas na família e valorizando o contributo que dão à sociedade.

Mesmo diante de índices crescentes de divórcios, violência doméstica, delinquência juvenil e consumo excessivo de álcool e drogas, as Testemunhas de Jeová reforçam os laços familiares e matrimoniais e esforçam-se por viver de acordo com princípios bíblicos que incentivam ao amor, à honestidade, ao respeito, à diligência e à autodisciplina. Seguem o conselho bíblico de vencer o mal com o bem e de orar pelos inimigos, (Romanos 12:21) convictas de que uma conduta pacífica e em conformidade com a lei, as levará a alcançar a aprovação de Deus.

Nas nossas publicações, assim como no nosso site [www.jw.org](http://www.jw.org), o ponto de vista de Jeová a respeito da violência, conforme referido na Sua Palavra, a Bíblia, é considerado com frequência.

Pedro Candeias

(Ansião, Departamento de Informação Pública das Testemunhas de Jeová)